



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA

Dias: 10 e 11 de outubro de 2012
Local: Sede da CAPES – Brasília/DF

Estiveram presentes no seminário coordenador e coordenador adjunto de área, os Profs. Rainer Randolph e Ivo M. Theis; consultores convidados, Profs. Maria Paula Casagrande Marimon da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Roberto Luiz do Carmo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Geraldo Magela Costa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e coordenadores e demais representantes dos programas da área.

SUMÁRIO

- A. Cronograma do seminário
- B. Apresentação do Diretor de Avaliação, Prof. Lívio Amaral
- C. Breve apresentação dos coordenadores dos programas da área
- D. Resultados de reunião de comissão sobre a classificação de livros na área de Planejamento e Regional/Demografia
- E. Análise e debate a respeito dos quesitos e itens como também dos critérios adotados no último triênio (2007 a 2009)
- F. Debate e propostas



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

A. Cronograma do Seminário

no dia 10.10.: *das 09 h às 12 h:* apresentação das orientações da coordenação a respeito ao novo triênio (2010-2012); apresentação das novas diretrizes da DAV de 2012 em relação aos critérios e procedimentos de avaliação (continuada, trienal); debate de assuntos de interesse dos coordenadores presentes;

das 14 h às 18 h: discussões dos instrumentos de avaliação: a ficha de avaliação; as classificações de livros e anais (para contemplar a publicação de trabalhos em anais) com apresentação de proposta elaborado por comissão específica a este respeito sob coordenação do Prof. Ivo Theis, coordenador adjunto da área; e os critérios da área para a revisão do Qualis Periódicos; a articulação entre as diferentes formas de produção intelectual (com pequeno intervalo às 16:00h)

no dia 11.10.: *das 9 h às 12 h:* continuidade das discussões do dia anterior; especialmente apresentando os documentos elaborados em seminário realizado pelos coordenadores dos mestrados profissionais em maio de 2012 em Goiânia; outros assuntos de interesse geral.

das 14 h às 17 h: continuação das discussões com os coordenadores – se necessário; depois reunião da Coordenação da área com consultores convidados para sistematizar as informações, realizar um diagnóstico da área e elaborar o relatório do seminário. Por fim, todos esses elementos devem constar num relatório final que será disponibilizado aos programas através da página CAPES da área.

As tarefas arroladas neste cronograma foram cumpridas na sua íntegra com exceção da discussão a respeito dos cursos profissionais e do documento elaborado no encontro desses cursos. Houve uma alteração por causa da presença do Diretor de Avaliação, Prof. Lívio Amaral, que ocorreu logo na abertura do dia 10.11., onde apresentou aspectos gerais do SNPG e da CAPES, sobre a Diretoria de Avaliação e sobre o processo de avaliação e acompanhamento propriamente dito.

B. Apresentação do Diretor de Avaliação, Prof. Lívio Amaral

O Prof. Lívio iniciou sua apresentação com um relato a respeito da evolução da pós-graduação brasileira [número de programas, cursos, matrículas etc.] entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2010, sua associação com a produção científica [número de artigos publicados], comparação da situação brasileira com a de outros países do mundo, consultas ao portal de periódicos, orçamento da CAPES e outros assuntos.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Depois, recomendou aos programas de pós-graduação entre 2011-2020: a) incentivar novas modalidades de interação entre universidade e sociedade, b) diminuir a distância entre produção de conhecimento e sua apropriação pública, c) aproximar as IES dos objetivos nacionais de desenvolvimento, d) contemplar diversidade curricular, e) favorecer surgimento de centros de excelência de padrão internacional, f) estimular redes de pesquisa, g) garantir o crescimento do SNPG, h) contemplar assimetrias (desigualdades) espaciais e temáticas, i) aprimorar a avaliação dos mestrados profissionais, j) avaliar cursos 6 e 7 mais espaçadamente. k) estimular experiências interdisciplinares.

Para contextualizar os desafios que a pós-graduação enfrentará nos próximos anos mostrou um estudo sobre a distribuição da inserção no trabalho e estudo de crianças e jovens por faixa etária entre 5 a 25 anos, tomando como base dados da PNAD. Solicitou, finalmente, especial atenção ao tema da internacionalização da pós-graduação na área (respondendo as perguntas: o que é?, onde está?, o que fazer?) e pediu que a área avaliasse suas possibilidades de inserção e incidência no ensino médio.

No final, houve uma discussão sobre questões de interesse dos coordenadores que foram respondidas pelo Prof. Lívio.

C. Breve apresentação dos coordenadores dos programas da área

Neste segundo ano dos seminários de acompanhamento não se repetiu o formato do ano passado, mas se limitou a uma breve observação dos representantes dos programas presentes; foi solicitado que cada programa envie um resumo (um parágrafo aproximadamente) sobre as mudanças que ocorreram no último ano em cada um dos programas. *Estes relatos serão compilados em outro momento e publicados no site da Área.*

D. Resultados de reunião de comissão sobre a classificação de livros na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia

Houve uma breve apresentação e discussão dos resultados da comissão responsável pela proposição de critérios para avaliar livros e anais de eventos pelos Profs. Fábio



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Duarte da PUCPR e Ivo M. Theis da FURB. No debate foi salientado que os livros adotam os mesmos critérios dos periódicos – o que é publicado internacionalmente parece melhor. Falta reconhecer a aplicabilidade, a inserção social e educação básica para publicações na forma de livros. Os resultados encontram-se no ANEXO I desse relatório.

Ainda foi salientado que alguns critérios do item 5 do material entregue pontuam cumulativamente, como o último item da tabela autoria – organização de coletânea, e da tabela de editoria – conselho editorial, comissão editorial ou avaliação por pares comprovada e o item apoio de agencia de fomento.

E. Análise e debate a respeito dos quesitos e itens como também dos critérios adotados no último triênio (2007 a 2009)

Prof. Rainer Randolph apresentou algumas orientações gerais para a avaliação 2010-2012. Foram discutidas as Portarias 001 e 002/2012 da CAPES que estabelecem novas regras sobre o número máximo de orientações por docente de programa. Havia um consenso que o número recomendável para a área será 8 orientandos por docente, podendo o programa perder pontos onde há incidência de orientadores com maior número de orientandos. Salientou que os dados do Coleta ainda não estão disponíveis, 2010 e 2011, o que dificulta o acompanhamento dos cursos pela comissão de avaliação da área. Lembra que há uma tradição na área de que curso novo mantém a nota 3 na primeira avaliação. Não haverá, também, possibilidade de correção de informações encaminhadas em ColetaCAPES de anos anteriores; por isto recomendou aos programas de incluir eventuais correções na parte inicial (descritiva) do ColetaCAPES de 2012 que será levado em consideração pela Comissão de Avaliação Trienal em meados de 2013.

Discussão sobre Quesitos/Itens:

Quesito 1 - Proposta do Programa (sem atribuição de peso ao quesito)

Neste item foi salientado que o conceito obtido baliza a nota final. Também foi informado que alguns itens como o 1.3 e) sobre captação de recursos, prevê que seja informada a captação do programa e não dos docentes individualmente. Foi solicitado



que os programas enviem suas regras de credenciamento e credenciamento docente.

Quesito 2 - Corpo docente (20%)

Este item foi todo repassado e algumas dúvidas de coordenadores foram tiradas. No item 2.3 d) foi constatado a difícil aplicação e o indicador no item e) parece impossível de ser calculado. No item 2.4, tem o objetivo de evitar o excesso de aulas na graduação.

Quesito 3 - Corpo discente, teses e dissertações (35%)

Proposta: No item 3.1 foi sugerido negociar que a portaria 001/2012 só entre em vigor para o próximo triênio e que agora seja considerado como melhor o número de orientações entre 3 e 7 e não o máximo de 8 com indica a portaria. Item 3.2. Distribuição das orientações e teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa. (Peso 30%):

- a. Distribuição de orientações e teses em andamento entre os docentes permanentes (20%)
- b. Distribuição de dissertações e teses defendidas, considerando a concentração nos 20% de docentes com maior número de teses defendidas (peso 60%): até 30% das teses defendidas concentradas em 20% dos docentes o conceito é 5 (muito bom)

Item 3.4: passou a representar apenas 1,75% do total da nota. Ou seja, manteve-se uma sinalização que o tempo para conclusão do curso é um item a ser considerado, mas não é o ponto principal para a definição da qualidade da formação dos alunos. Os mestrados profissionais solicitaram que sejam também tratados com prazos mais alongados que os 24 meses da portaria dos MPs.

Em relação à permanência dos estudantes foi levantada a questão da greve que atingiu várias universidades brasileiras durante o ano de 2012. Conta-se com a sensibilidade por parte do comitê de avaliação, no sentido de identificar e potencialmente considerar os impactos em termos dos tempos de defesa.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Quesito 4 - Produção intelectual (35%)

Foram debatidos vários assuntos.

- a avaliação é realizado com referência ao programa onde se considera (o volume de) a produção intelectual dos docentes permanentes;
- a avaliação da produção dos programas (não dos docentes individualmente) é feita separadamente para cada forma de sua distribuição (vide acima) o que coloca, depois, o problema dos pesos relativos entre a produção em periódicos, em anais/eventos e capítulos de livros para um indicador total;
- a Área valoriza a publicação em periódicos: se o programa conseguir o conceito MB em periódicos, já será considerado como avaliação total mesmo MB, independente da produção em anais/eventos e capítulos de livros; outra questão levantada foi que o parâmetro para definir como MB não está definido “a priori”; é uma avaliação relativa, que considera o conjunto das produções dos programas da área;
- o documento de área define alguns parâmetros que são importantes conhecer: um trabalho publicado em periódico A1 atribui o valor de 1,0 ao programa; são essas definições que são computadas para definir os conceitos;
- questão dos eventos/anais: só serão considerados trabalhos completos publicados em anais de eventos com ISBN/ISSN (mesmo quando estão num site);
- questão da interdisciplinaridade: como serão considerados os eventos interdisciplinares? Qual será a avaliação adotada?

Sobre a questão da atribuição ou não de pesos a cada uma das três avaliações independentes relativas à produção intelectual nas três modalidades de difusão dessa produção:

- a Área se manifesta favoravelmente a inclusão de livros e anais na avaliação da produção intelectual;
- deverá ser mantida a forma de avaliação da forma que ela proposta para o triênio; a proposta é completar a tabela de variabilidade dos indicadores descrita abaixo. Essa tabela seria a referência para a classificação dos programas de acordo com o tipo de divulgação dos resultados de pesquisa realizados;



- essa forma de avaliação deverá ser amplamente divulgada para os programas;
- serão feitas indicações para melhoria do processo de valoração de cada um dos itens que compõem a produção intelectual para o próximo período;
- a “totalização” das três avaliações independentes será realizada a partir de um esquema onde a nota obtida na avaliação da divulgação da produção em periódicos será determinante, em primeira instância, podendo ser melhorada pelo empenho nas outras duas formas de distribuição da seguinte maneira:

TOTAL	MB	MB	B	etc
Periódicos	MB	B	B	etc
Livros	...	MB	B	etc
Anais	...	MB	MB	etc

- item 4.2.: a produção concentrada em 20% dos professores mais produtivos;
- uma possibilidade seria aumentar o peso relativo da produção técnica, item 4.3: nesse caso uma proposta para aprimorar o processo seria definir melhor no contexto da área o que deve ser considerado como “produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes”. Essa discussão mostrou que ainda é necessário amadurecer melhor essas ideias;

Quesito 5 – Inserção Social.

- sugestão de que seja introduzida uma categoria a mais: ou seja, uma categoria a mais de “5” e “1”;
- importância de que seja marcada uma reunião ainda este ano com os mestros profissionais;

F. Debate e propostas

Foram levantadas durante as discussões várias sugestões e propostas para serem realizadas pelo conjunto dos programas da Área com o fim de esclarecer o posicionamento da Área em relação às seguintes questões:

- a) **Proposta / Tarefa:** a área deve elaborar um perfil do corpo discente de cada tipo de mestrado que permita uma comparação entre as características dos alunos do



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

mestrado profissional e acadêmico: qual a diferenciação que existe entre os alunos egressos dos mestrados acadêmicos e dos mestrados profissionais?

b) **Proposta / Tarefa:** a área deve retomar a questão sobre interdisciplinaridade a com base em um documento que tinha sido elaborado pelo Coordenador da Área a partir de uma demanda do CTC e publicado no seguinte endereço:

<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4680-planejamento-urbano-e-regionaldemografia>

-- neste endereço estão também as informações sobre os documentos e ofícios que foram divulgados. É importante que os coordenadores de programa estejam atentos às informações que são divulgadas no site da CAPES: a coordenação da área vai comunicar por e-mail quando os ofícios novos forem incorporados ao site;

-- documento sobre interdisciplinaridade: reflete as percepções do coordenador da área PLUR-DEMO, tendo em vista que não houve tempo hábil para discussão; o objetivo do texto é fazer um panorama sobre a discussão relativa à interdisciplinaridade; haverá um seminário entre 27 e 29 de novembro na CAPES, para discutir a interdisciplinaridade; no **ANEXO II** consta o relatório elaborado pelo Coordenador da Área (em conjunto com o colega da Área de Informática) por ocasião da sua participação como relator no PAINEL I desse evento no dia 27.11.2012.

Foi proposta, então, uma retomada da discussão sobre interdisciplinaridade dentro da área, para permitir que seja aprofundada, especialmente de maneira a ampliar, por exemplo, a discussão sobre interdisciplinaridade nos estudos demográficos;

c) **Proposta / Tarefa:** em relação ao *Qualis* periódicos, a discussão realizada mostrou que muitos dos coordenadores de programa não tinham conhecimento a respeito dos critérios estabelecidos para avaliar os periódicos dentro da sistemática *Qualis* da Área. Foi questionado, inclusive, quem realizou a última atualização do *Qualis* em 2012; esclareceu-se que esses critérios estão no Documento da Área (disponível no site acima indicado); foi chamada a atenção dos coordenadores a este respeito. De qualquer forma foi considerado útil fazer uma revisão dos *Qualis* da área onde já podem ser incluídos eventuais novos periódicos de 2011 e 2012 ainda não qualificados pela área. Formou-se, então uma **comissão** encarregada por este trabalho contando com os seguintes membros:



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Essa comissão contempla diferentes sub-áreas, temáticas ou vertentes:

- (1) demografia: Susana e Simone;
 - (2) planejamento urbano: Ângela e Fabio;
 - (4) mestrados profissionais: Isa e Fernando;
 - (5) representantes do comitê: Ivo e Marcio;
- d) **Proposta / Tarefa:** discussão junto aos coordenadores da perspectiva da internacionalização da área;
- e) **Proposta / Tarefa:** encaminhar ao Coordenador da Área as normas e regras dos programas a respeito do credenciamento/descredenciamento de docentes nos programas de pós-graduação
- f) **Proposta / Tarefa:** reflexão sobre a contribuição da Área para o Ensino fundamental e médio.

Brasília / Rio de Janeiro, em 18.12.2012

Rainer Randolph – Coordenador de Área
Ivo M. Theis – Coordenador Adjunto
Maria Paula Casagrande Marimon
Roberto Luiz do Carmo
Geraldo Magela Costa



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

ANEXO I

REUNIÃO PARA ELABORAÇÃO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS E ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA

Comissão composta pelos Profs. Ivo M. Theis (FURB), Fabio Duarte (PUC-Paraná) e Roberto Luis do Carmo (UNICAMP); realizada em 21.05.2012

INTRODUÇÃO

Para a elaboração de critérios de classificação de livros e anais de eventos científicos, a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD) formou uma comissão composta por Programas de Pós-Graduação (PPG) vinculados a demografia, desenvolvimento regional e planejamento urbano, vinculados a IES no Nordeste, Sudeste e Sul, além do coordenador-adjunto da área PURD.

A comissão tomou como base o Documento de Área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia do triênio 2007-2009 disponível no sítio da CAPES. Além do próprio documento de área, foram consideradas outras áreas que organizaram o evento Metropolização e Gestão Urbana, realizado na CAPES, em maio de 2012. São elas:

- Arquitetura e Urbanismo;
- Engenharias 1;
- Sociologia;
- Geografia;
- Economia;

Foram ainda pesquisados outros documentos de área para referência.

Como critério geral, a Comissão considera que:

- A CAPES avalia PPG, e não pesquisadores. Isso significa que alguns critérios aqui adotados valorizam o que a área entende ser positivo para a inserção dos PPG na comunidade científica, não desmerecendo produções autorais e individuais;



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

- As avaliações da produção científica veiculada em periódicos, livros e anais de eventos são independentes;
- A produção científica dos PPG deve ser avaliada nesta ordem: periódicos, livros e anais de eventos;

AVALIAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS

Considerações preliminares

A área considera relevante a produção científica veiculada em livros, por consolidar investigações de maior fôlego e, quando coletâneas, indicar a construção de um debate acadêmico e científico abrangente. Este documento tomou como base as discussões nas áreas e em nível de CTC-ES, em especial ocorridas em março de 2008, bem como a avaliação crítica de documentos de áreas do triênio 2007-2009, disponíveis no sítio da CAPES.

Critérios e procedimentos

1. Definição de Livro:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critérios de seleção para qualificação:

A avaliação de livros da área PURD será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual veiculada em livros autorais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

Conforme documento geral do CTC, a área PURD avaliará qualitativamente apenas a produção científica de docentes permanentes do PPG. A produção científica dos discentes será avaliada em quesito específico da Ficha de Avaliação dos PPG.

3. Instrumentos de Avaliação

3.1. Ficha de Identificação da Obra

A ficha de identificação da obra deverá ser preenchida pelo coordenador do Programa, ou sob sua chancela, para todos os produtos classificados como livro.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

A ficha de identificação da obra deverá conter os principais dados que serão utilizados para a avaliação do livro, conforme modelo contido neste documento e que será disponibilizado aos coordenadores dos Programas.

O modelo abaixo apresenta os dados que serão pedidos aos coordenadores dos PPG, em ficha eletrônica que será disponibilizada para cada PPG pela Coordenação da Área. A ficha eletrônica facilitará o trabalho de verificação das informações pela Comissão de Avaliação dos livros e será enviada eletronicamente e impressa para a Comissão.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA
Programa de Pós-graduação:
Título da Obra:
Obra autoral (até 3 autores): sim/não + quantos autores são docentes permanentes do PPG:
Obra coletânea: sim/não
ISBN:
Editora: (se edição do autor, favor informar)
Local da edição (cidade/país):
Número de Páginas do livro:
Ano da primeira edição:
Site da editora:
Nome da linha de pesquisa ou área de concentração do PPG ao qual a obra está vinculada:
Agência de financiamento:
Premiação:
Informações complementares:

Quando coletânea, a origem institucional dos autores será aferida pela Comissão, com base na obra ou fotocópias enviadas pelo PPG.

3.2 Ficha de avaliação pela Comissão Qualis Livro



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Junto com a ficha de avaliação do Qualis Livros, os PPG devem enviar à biblioteca de referência da Área um exemplar da obra ou fotocópias das páginas que permitam seu exame pela Comissão, contendo:

- capa;
- sumário (com título dos capítulos e autores)
- filiação dos autores (caso não esteja no sumário);
- ficha catalográfica;
- composição do conselho editorial, impresso na obra ou no sítio da editora;
- capítulo (se coletânea) ou introdução (se obra autoral);

Requisitos mínimos para ser considerado um livro e capítulo:

Para ser considerado um livro, a obra deve conter obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e ser de autoria de docente permanente de programa de pós-graduação.

Para ser considerado um capítulo, ele deve estar contido em obra considerada livro, pelos critérios acima, e ter no mínimo 3.000 palavras – contadas por referência de número de páginas e dimensões físicas da obra, indicada pela bibliotecária da biblioteca de referência.

Aspectos formais:

Compreendem características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são, porém, itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto:

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra autoral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).

4. Critérios gerais para classificação nos estratos L4 a L1

A avaliação da obra responde a critérios que dizem respeito à qualidade e à inserção científica do PPG. Não trata do mérito individual do conteúdo de cada obra.

Como critérios básicos, a área considerará:

- Apenas a 1ª edição de uma obra;
- Será considerada endógena uma coletânea com mais de 50% dos capítulos de autores de um mesmo PPG e/ou instituição.
- L4 valerá 100 pontos; L3 valerá 75 pontos; L2 valerá 50 pontos; L1 valerá 25 pontos.



- Cada capítulo vale 20% dos pontos totais da obra;
- A organização do livro (o organizador sendo ou não autor de um capítulo) valerá 20% dos pontos totais da obra;
- Os pontos totais recebidos pelos capítulos de professores de um PPG não podem exceder aos pontos totais da obra;
- Um autor só receberá pontos por até 2 capítulos (ou 40% dos pontos) de uma mesma obra;
- Os pontos em livros L1 não podem exceder a 25% do total dos pontos da produção científica em livros;

5. Critérios específicos para classificação nos estratos L4 a L1

Autoria:

Critério	Pontos	Comentários
Obra autoral, contendo docente PPG	8	O PPG receberá pontos da obra, e não de cada um dos autores.
Coletânea com autores* de outras instituições nacionais que ultrapassem 50% dos capítulos**	8	* Não importa se docentes ou discentes. ** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Coletânea com autores* de outras instituições estrangeiras que ultrapassem 50% dos capítulos**	10	* Não importa se docentes ou discentes. ** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Coletânea só com autores do PPG ou com menos de 50% de capítulos de autores de outros PPG**	5	** Critério de endogenia é que 50% da obra seja de autores do próprio PPG.
Organização da coletânea	2	A organização vale os pontos de um capítulo.

Editoria:

Critério	Pontos	Comentários
Editora internacional comercial ou universitária	10	O PPG receberá pontos da obra, e não de cada um dos autores.
Editora nacional, comercial ou universitária filiada à ABEU	8	
Editora nacional universitária não filiada à ABEU	4	
Conselho editorial, comissão editorial ou	2	



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

avaliação por pares comprovada		
Apoio de agência de fomento	1	
Prêmio	1	

Informações adicionais:

<u>Critério</u>	<u>Pontos</u>	<u>Comentários</u>
Publicação em idioma estrangeiro	1	
Premiação do livro ou texto base	1	

Os livros serão considerados L3 se atingirem 18 pontos. Apenas os livros que atingirem em avaliação indireta a classificação de L3 serão avaliados para passagem à categoria L4. A avaliação de conteúdo para classificação em L4 será baseada na contribuição científica e potencial de impacto da obra na comunidade científica, respaldada pelos critérios apontados na ficha de avaliação e pela comissão designada pela Área.

Uma vez definida como L4, L3, L2 e L1, independentemente dos pontos parciais, a correspondência da pontuação seguirá a mesma dos Eventos, sendo que L4 valerá 100 pontos; L3 valerá 75 pontos; L2 valerá 50 pontos; L1 valerá 25 pontos.

Para a avaliação da produção científica em livros e capítulos de cada PPG, em Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) e Insuficiente (L), a diferença entre os pontos acumulados pelos PPG com mais e menos pontos será dividida em quintis, que corresponderão aos conceitos.

AVALIAÇÃO DE TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS

A Comissão de Avaliação se baseará na Ficha de Avaliação preenchida pelo coordenador do PPG, ou sob sua responsabilidade, e no material impresso enviado à biblioteca de referência.

Só serão avaliados trabalhos completos publicados em anais de evento científico, por docente permanente do Programa de Pós-Graduação (PPG). A produção discente é considerada em campo específico na avaliação do Programa.

A Ficha de Avaliação sobre cada trabalho completo publicado em anais de evento científico deve conter as seguintes informações:



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

- Nome do evento:
- Abrangência (internacional, nacional, regional):
- Instituições organizadoras e promotoras:
- Número de edições do evento:
- Apoio institucional recebido (caso o programa seja o promotor):
- ISBN ou ISSN:

Além dos documentos comprobatórios dos itens preenchidos na ficha de avaliação, o coordenador do PPG deve enviar à biblioteca de referência documentos que comprovem:

- Composição do Comitê Organizador, com filiação institucional de seus componentes;
- Composição do Comitê Científico, com filiação institucional de seus componentes.
- Trabalhos completos dos docentes permanentes do PPG publicados nos anais.

CRITÉRIOS BÁSICOS E MEDIDAS:

Só serão avaliados e pontuados trabalhos completos;

Só serão avaliados e pontuados trabalhos em ANAIS com ISBN ou ISSN;

Abrangência (local, regional, nacional, internacional);

Será considerado o perfil do comitê organizador (se local ou nacional ou internacional; se institucional ou interinstitucional; se disciplinar ou interdisciplinar; titulação dos componentes);

Será considerado o perfil das instituições organizadoras e promotoras (se são ou se têm vínculo com associação científica);

Será considerado o apoio institucional recebido (de agências de fomento locais, nacionais e internacionais; das próprias associações; de outras instituições);

Será considerado o nível de consolidação do evento (número de edições; regularidade);

Perfil do comitê científico de seleção de trabalhos (diversidade institucional; titulação).

CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO:



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Para ser considerado no nível E4 (100 pontos):

- . ser uma promoção de uma associação nacional ou internacional, como a ANPUR e a ABEP;
- . ter tido mais de 5 edições;
- . preencher 80% das medidas mais altas dos critérios básicos.

Para ser considerado no nível E3 (75 pontos):

- . ser uma promoção de uma associação nacional ou internacional;
- . ter tido 5 ou menos edições;
- . preencher menos de 80% das medidas mais altas dos critérios básicos.

Para ser considerado no nível E2 (50 pontos):

- . ter um perfil regional.

Para ser considerado no nível E1 (25 pontos):

- . ter um perfil local.

Para a avaliação da produção científica em livros e capítulos de cada PPG, em Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) e Insuficiente (L), a diferença entre os pontos acumulados pelos PPG com mais e menos pontos será dividida em quintis, que corresponderão aos conceitos.



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

ANEXO II

ENCONTRO ACADÊMICO INTERNACIONAL

Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em
Educação, Ambiente e Saúde

CAPES, Brasília, 27, 28, 29 de novembro de 2012

RELATORIA

Painel I – 27/11/12 10h30 - 12h00

Fundamentos da Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão

Mediador: Arlindo Philippi Jr (USP)

Palestrantes: Esther Diaz (UNLa/ARG), Américo Sommerman (UFBA), Patrick René
Jaen Francis Auguste Paul (USP)

Relatores: Rainer Randolph (UFRJ), Philippe O. A. Navaux (UFRGS)

- BREVE RELATO DO PAINEL

As apresentações do painel apontaram para duas perspectivas de compreensão, abordagem e práticas de inter- e transdisciplinaridades que atravessam o debate contemporâneo sobre essa temática. Por um lado, entende-se a interdisciplinaridade a partir do pressuposto que o saber está influenciado, profundamente, por interesses corporativos, profissionais, políticos e de mercado. Saber e poder são indissociáveis. Por outro lado, a inter- e transdisciplinaridade são percebidas, internamente, no interior da articulação do conhecimento científico onde o principal desafio consiste tanto na superação de fronteiras disciplinares e, no limite, da própria ciência, como na superação da visão tradicional (individualista) dos sujeitos da ciência.

A primeira apresentação da Profa. Ester Diaz demonstrou a imbricação entre saber e poder, em uma abordagem histórica, através da própria trajetória do pensamento científico e de suas contribuições para determinadas visões de mundo



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

que estiveram, intimamente, articuladas a processos de dominação política e social nas respectivas sociedades. Iniciou o trajeto com o pensamento pre-aristotélico atomista com sua concepção do mundo como caos, seguido para Aristóteles onde o saber (a lógica) está ligado à ordem. É durante séculos que esta epistemologia mantém-se dominante e fornece o suporte (legitimidade) para os regimes absolutistas dos correspondentes períodos históricos com seus fundamentos geocêntrico e antropocêntrico.

É com a ciência moderna e sua razão moderna (racional) que este paradigma se rompe; concomitantemente com a ascensão da burguesia que se torna, aos poucos, força dominante nas sociedades que iniciam a industrialização. Essa razão moderna se impõe tanto ao conhecimento como à moral e leva a processos de exclusão de determinados saberes enquanto conhecimento “válido” como debatido por Foucault.

Os reclamos pela inter- e transdisciplinaridade apontam para um novo período de conhecimento – e de exercício do poder – que pode ser chamado de pós-ciência. Como apontado por Prigogine e outros, o paradigma da ordem (lógica aristotélica, positivismo) é crescentemente questionado pela “ordem” do caos (lógica atomista, pré-aristotélica) que levou a uma revolução nas disciplinas exatas no início do século XX e se alastrou depois pelos demais campos científicos. Com o advento de metodologias inter- e transdisciplinares, neste novo período, corre-se o risco de criar uma ciência sem consciência, onde dominará o bio-poder e a bio-política.

Percebe-se como uma alternativa à inter- e transdisciplinaridade a pluri-disciplinaridade que descarta “metodologias de museu”, aposta não apenas na superação do conhecimento disciplinar, mas na inclusão da prática, das paixões, dos desejos e de outras formas de saber na produção do conhecimento. A pós-ciência exigiria “por as mãos no barro”.

As duas outras apresentações dos Profs. Américo Sommerman e Patrick René Jaen Francis Auguste Paul voltaram-se mais a aspectos internos à produção do conhecimento científico e aos desafios que um mundo cada vez mais complexo coloca para a ciência. Foi reconhecido, também, que há alguma influência pragmática na



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

produção do conhecimento na medida em que as transformações contemporâneas dão origem a demandas à ciência que essa deve satisfazer. No entanto, nessas duas apresentações foi atribuída uma maior importância a um esforço analítico e semântico no sentido de esclarecer o significado, apropriação e difusão dos termos inter- e transdisciplinaridade.

Relatando uma investigação do uso dos dois termos em publicações científicas, foi demonstrado que a difusão dos termos inter- e transdisciplinaridade é relativamente recente tanto em publicações de livros como de artigos em revistas. Essa difusão apresenta-se como um fenômeno quase homogêneo a nível mundial porque os estudos do uso dos termos em diferentes línguas não encontraram diferenças significantes. O termo interdisciplinar foi empregado em inglês pela primeira vez em 1874; ao passo que o uso da noção da transdisciplinaridade apenas se verificou em 1961. Existem alguns momentos-chaves nessa trajetória das noções; um dos principais é um Seminário sobre a temática em 1970 em Nice/França.

Enquanto nos últimos anos o termo (conceito) da interdisciplinaridade se estabiliza nos discursos e práticas científicos, a ideia da transdisciplinaridade continua ainda pouco consolidada.

Como resultado de uma pesquisa qualitativa a respeito da apropriação dos termos nas três áreas de educação, saúde e meio ambiente foi relatado que o conceito de interdisciplinaridade conta com uma definição consensual nessas três áreas de "interação prolongada e coordenada entre disciplinas acadêmicas". Já em relação à transdisciplinaridade há diferenças entre as apropriações das três áreas. Pode-se, ainda distinguir diferentes graus ou níveis de interdisciplinaridade – como multi, pluri, uma pequena (articulação entre disciplinas próximas; de uma grande área de conhecimento, por exemplo) e uma grande interdisciplinaridade. Já a transdisciplinaridade se refere – além da articulação entre conhecimentos de diferentes disciplinas – a uma dimensão sócio-interativa, extra-científica; ou seja, ela integra nas suas abordagens o saber científico com o saber não acadêmico (senso comum etc.).



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

Chegou-se à conclusão que a inter- e transdisciplinaridade surgem como respostas pragmáticas na medida em que os problemas de investigação científicas em sociedades cada vez mais complexas se tornam insolúveis com abordagens meramente mono-disciplinares. Foi interessante notar o apontamento que essa dimensão pragmática - vinculada à questão do sujeito na inter- e transdisciplinaridade - mereceria uma reflexão epistemológica porque se abriria aqui a possibilidade de uma interlocução com a primeira perspectiva que se baseia na indissociabilidade entre saber e poder.

Na mesma direção, o último integrante da mesa chamou atenção para o duplo processo que acontece nessa passagem à inter- e transdisciplinaridade. Por um lado, há uma continuidade porque está mantido o respeito às disciplinas existentes. Mas, por outro lado, existe uma ruptura nessa transição que se manifesta numa abertura para uma nova visão do sujeito da ciência. Uma comparação detalhada mostrou semelhanças e diferenças entre a epistemologia científica (tradicional) e a epistemologia transdisciplinar; foram mencionados como critérios para caracterizar cada uma das epistemologias o método, o modelo, a racionalidade, a ortogênese, só para citar alguns. Em última instância, a transdisciplinaridade inclui a disciplinaridade. Enquanto a interdisciplinaridade está baseada na articulação entre diferentes disciplinas, a transdisciplinaridade exige a inclusão da dialética, da triangulação entre disciplinas e uma fertilização cruzada entre elas. Assim, antes de se adotar essa última abordagem, foi proposto, pragmaticamente, que se esgote as potencialidades da interdisciplinaridade.

No final foram apresentados exemplos práticos a respeito da apropriação de inter- e transdisciplinaridade nas três áreas de Educação, Meio Ambiente e Saúde que são as temáticas específicas do atual encontro.

- QUESTÕES NORTEADORAS (colocadas pelos organizadores do evento)

Pergunta 1: **Como os referenciais teórico-conceituais que fundamentam a inter e a transdisciplinaridade dão suporte à produção de conhecimento e de práticas?**



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

As contribuições do painel foram direcionadas, especialmente, a referências epistemológicas, teóricas e metodológicas acerca da temática da inter- e transdisciplinaridade que são fundamentais para a compreensão da produção de um “novo” conhecimento. Apontaram para duas perspectivas diferentes, porém com pontos de contatos e potencialidades de interlocução, a respeito não apenas das inter- e trans-, mas também de uma abordagem pluri-disciplinar que seria capaz de instaurar um novo paradigma de ciência – uma pós-ciência (ou, nas palavras de outros autores, uma ciência “pós”-moderna). Houve consenso sobre a obsolescência das abordagens disciplinares tradicionais e a necessidade de superá-las não apenas cientificamente, mas praticamente. Exige não apenas novas formas de produção do conhecimento, mas uma redefinição do sujeito da ciência – abandonando uma perspectiva centrada no indivíduo e na sua inserção isolada no mundo acadêmico.

Percebe-se a necessidade de continuar a reflexão epistemológica, conceitual e metodológica para promover uma maior clareza a respeito das características de diferentes abordagens e de sua aplicabilidade em diferentes campos de investigação.

Pergunta 2: Como as diversas áreas do conhecimento podem incorporar a perspectiva inter e transdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão atendendo às prioridades do país em educação, Ambiente e Saúde?

Foi mencionado que nas três áreas de Educação, Meio Ambiente e Saúde há um consenso referente ao significado da interdisciplinaridade e de sua aplicação nas práticas científicas de investigação. Entretanto, em relação à transdisciplinaridade existem divergências de interpretação entre essas áreas que merecem um estudo aprofundado porque podem ter suas origens na incorporação de saberes e práticas não acadêmicos nos protocolos de pesquisa o que, conforme apontado pelos integrantes da mesa, é uma das principais características da abordagem transdisciplinar. Esse aprofundamento da compreensão da transdisciplinaridade a partir da compreensão que o painel apresentou não deve ser, inclusive, restrito às três áreas que foram objeto privilegiado do debate nesse Encontro. Propõe-se que o apoio a esse tipo de investigação, que busca explicitar e aperfeiçoar a metodologia transdisciplinar a partir de temáticas específicas, deve ser estendido a outros campos



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

30.plur@capes.gov.br

de investigação - vinculados, hoje, a determinadas áreas disciplinares dentro da CAPES.

Pergunta 3: De quais maneiras a inter e transdisciplinaridade contribuem para a articulação entre diferentes níveis de ensino que potencializem a apropriação do conhecimento científico e tecnológico visando melhoria da Educação Básica?

Não houve nenhuma contribuição mais direta.

Pergunta 4: Como desenvolver perfis e práticas inter e transdisciplinares nos diversos níveis de formação, preparando indivíduos aptos para enfrentar os principais desafios contemporâneos?

A nível metodológico, os integrantes da mesa apontaram para a necessidade de abrir o conhecimento acadêmico para o conhecimento não acadêmico o que pode permitir uma maior permeabilidade entre a academia (meio universitário) e outros nível de ensino, aprendizado e investigação e a incorporação de “novos sujeitos” na produção de um conhecimento “pluri-disciplinar” no sentido de uma pós-ciência (ou ciência “pós”-moderna)